



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNO CARIAS VIDAL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DISTRIBUIÇÃO DE
RIQUEZA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL**

Florianópolis

2017

BRUNO CARIAS VIDAL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DISTRIBUIÇÃO DE
RIQUEZA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial obrigatório
para a obtenção de grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vidal, Bruno Carias
Economia solidária como estratégia de
distribuição de riqueza e desenvolvimento econômico e
social no Brasil / Bruno Carias Vidal ; orientador,
Ronivaldo Steingraber, 2017.
49 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Economia solidária. 3.
Crowdfunding. 4. Economia colaborativa. 5.
Solidariedade. I. Steingraber, Ronivaldo. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Econômicas. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6 (seis) ao aluno Bruno Carias Vidal na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber
Orientador

Prof. Dra. Carmen Rosário O. G. Gelinski
Membro

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa A
Membro

Dedico esta monografia aos meus pais (Edir e Bernadete), que me presentaram com a vida e me criaram com apoio e amor incondicionais. Aos meus irmãos (Eduardo e Sérgio), minha tia Jó (Georgina) e prima Márcia Vassallo, que sempre torcem por mim na busca de todos os meus objetivos. Aos meus saudosos avós (Geraldo/Conceição e Edith/Acir), que me ensinaram a importância dos estudos e do trabalho. Ao meu orientador Professor Ronivaldo; aos meus amigos. E, em especial, ao meu bisavô italiano, Domenico Vassallo, que atravessou o atlântico em busca de uma nova vida e me presenteou com minha cidadania italiana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu energia, forças e condições para concluir minha faculdade todos esses anos e concluir este trabalho e me ajuda a realizar todos meus sonhos! Agradecer mais uma vez a minha família, meus pais, Edir e especialmente minha mãe Bernadete que sempre me incentivou a me dedicar nos estudos, meus irmãos Sergio e Eduardo, cunhada Tamara e aos meus amigos verdadeiros que sempre torceram por mim, me incentivando a atingir meus objetivos e a realizar meus sonhos!!

Agradeço muito a UFSC, professores e meu orientador Roni em realizar este meu sonho, a equipe administrativa pelo apoio sempre e orientações e á todos meus amigos de sala que tive oportunidade de conviver e ter amizade (Josiane, Helen, Manfred, Francisco, Manoel (pela força em estatística e no TCC), meus familiares de Cataguases (MG), tia J6 (Georgina) em especial, primos, tias que sempre torcem por mim!

Aos meus grandes amigos em especial: Seandra, Diego, Luana, Fabiano, Renata, Valéria e Leonardo, que sempre torceram por mim com muito carinho e amizade e me acompanharam nesta “saga” de me formar e me tornaram esta experiência ainda mais especial e sempre me incentivaram nos meus sonhos, por se preocuparem comigo e alegrarem com cada conquista minha! Pelas palavras de afeto e motivação, a cada encontro ou mensagem recebida, por sempre estarem por perto! A vocês serei eternamente grato por tudo!!

A todos que eu tive oportunidade de conviver neste período, pois me incentivavam sempre a crescer profissionalmente e pessoalmente!

Agradeço sempre a Deus pelos meus amigos que fiz nesta vida e minha família, e, obrigado por dividirem seu tempo comigo e quererem meu melhor! Por me incentivarem e se preocuparem comigo, me dando forças para continuar sempre!

A vocês, serei eternamente grato por tudo, meus amigos que me ajudaram nos momentos que precisei e sabem que estou aqui para vocês também.

Busquem sempre a realização de seus sonhos! Com fé, dedicação, foco e amor tudo se realiza!

Por fim, a todos que comemoram comigo este momento tão especial em minha vida, minha eterna gratidão e amor!! Amo vocês e obrigado por terem vindo a minha colação e jantar!

Obrigado UFSC por concretizar esta minha vitória, a Deus que me deu esse presente juntamente com minha cidadania italiana e que continue me dando muitas vitórias!!!

“Permita-se rir e conhecer outros corações. Aprenda a viver, aprenda a amar as pessoas com solidariedade, aprenda a fazer coisas boas, aprenda a ajudar os outros, aprenda a viver sua própria vida.”

(Mario Quintana)

“Entendo que solidariedade é enxergar no próximo as lágrimas nunca choradas e as angústias nunca verbalizadas.”

(Augusto Cury)

“A persistência é o caminho do êxito”.

(Charles Chaplin)

“Se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos, de solidariedade e amizade.”

(Cora Coralina)

RESUMO

Este trabalho apresentará as diferenças e similaridades entre a economia solidária e a economia colaborativa, e citará exemplos práticos de como elas são aplicadas nos dias atuais. A economia solidária surgiu como uma nova forma de organização do trabalho e como alternativa para geração de renda e inclusão social. As atividades classificadas como economia solidária se opõem à exploração dos recursos humanos e naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável, ou seja, o crescimento econômico em harmonia com a proteção da natureza. O desenvolvimento das forças produtivas no sistema de capitalismo, através do aumento considerável da produtividade, conduz sintomaticamente para uma concentração cada vez maior da riqueza. Este aspecto do capitalismo faz com que os trabalhadores não consigam mais se identificar como seres autônomos, ao invés disso, se tornam dependentes do processo produtivo e vulneráveis às crises sistêmicas. Como resultado, iniciativas associativas espontâneas têm surgido no movimento social, o que se denomina Economia Solidária, que busca outras formas de garantir aos homens que tenham seu sustento, com base na solidariedade e na autogestão. Essas iniciativas, à medida que transitam da produção da riqueza ao controle consciente e planejado, como obra de homens associados, evidenciam um caráter de passagem para um outro modo de produção, como alternativa para a redução das desigualdades sociais no Brasil.

Palavras-chave: Economia Solidária. Crowdfunding. Economia Colaborativa. Solidariedade. Inclusão Social.

ABSTRACT

This paper will present the differences and similarities between the solidarity economy and the collaborative economy and will cite practical examples of how they are applied today. Solidarity economy emerged as a new form of work organization and as an alternative for income generation and social inclusion. The activities classified as solidarity economy oppose the exploitation of human and natural resources, promoting sustainable development, which is economic growth in harmony with the protection of nature. The development of the productive forces in the system of capitalism, through the considerable increase of productivity, leads symptomatically to an increasing concentration of wealth. This aspect of capitalism means that workers are no longer able to identify themselves as autonomous beings; instead they become dependent on the productive process and vulnerable to systemic crises. As a result, spontaneous associative initiatives have emerged in the social movement, which is called Solidary Economy, which seeks other ways to guarantee men that they have their livelihood, based on solidarity and self-management. These initiatives, as they move from the production of wealth to conscious and planned control, as a work of associated men, show a character of transition to another mode of production, as an alternative for reducing social inequalities in Brazil.

Keywords: Solidary Economy. Crowdfunding. Collaborative Economy Solidarity. Social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diferenças básicas entre negócios sociais, ONGS e negócios tradicionais.....	21
Figura 2 - Esquema do fluxo de Capital no Investimento de Impacto e na Economia Solidária	31
Figura 3 -Espaço Coworking, ambiente de mudança para a Sociedade, Economia e Trabalho.....	33
Figura 4 - Ranking arrecadação em plataformas de crowdfunding 2016.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organização das EES por Estados do Sul do Brasil	27
Gráfico 2 - Relação entre EES novos e revisitados no Brasil	28
Gráfico 3 - Evolução no número de espaços de Coworking no Brasil.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das EES do Brasil por atividade econômica.....	26
Tabela 2 - Motivações para Constituição de uma EES	29
Tabela 3 - Números Agricultura Familiar no Sul do Brasil	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.1.1 Limitações do estudo	14
1.1.2 Justificativa	14
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 METODOLOGIA.....	15
1.3.1 Tipo de pesquisa	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 ECONOMIA COLABORATIVA <i>VERSUS</i> ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	17
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
2.2.1 Princípios que fundamentam a Economia Solidária	24
2.2.2 A Economia Solidária na transformação social e econômica	24
2.2.3 Transformações organizacionais provenientes dos princípios da Economia Solidária	28
3 APLICABILIDADE	32
3.1 GASTRONOMIA SOLIDÁRIA	32
3.2 ESPAÇOS DE TRABALHO COMPARTILHADOS – COWORKING.....	33
3.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	34
3.4 FINANCIAMENTO COLETIVO DE PROJETOS – CROWDFUNDING	35
3.5 CASE NATURA	37
3.6 AGRICULTURA FAMILIAR – COOPERATIVA AURORA	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O avanço da economia e o aumento da concorrência entre as empresas exaltam a busca do lucro como objetivo final da maioria delas. Aspectos como justiça social, distribuição de renda e geração de empregos nem sempre estão nas pautas do planejamento estratégico das organizações. Os governos, incumbidos de lidar com a questão social, muitas vezes negligenciam essa responsabilidade e não direcionam a atenção e os recursos para tratar desse tema tão delicado.

O surgimento das filosofias de economia solidária vem, neste contexto, atuar como fonte de aumento das expectativas dos mais pobres em relação a uma mudança de vida, ganho de poder de compra, aumento da renda e contribuição para o meio ambiente do qual fazem parte. Mais do que uma política assistencial, a economia solidária vem trazer, através do trabalho, níveis maiores de qualidade de vida e de desenvolvimento econômico e social de famílias e comunidades.

Como meio de explorar as possibilidades e os reflexos atuais da economia solidária, este estudo tratará sobre “a economia solidária como estratégia de distribuição de riqueza e desenvolvimento econômico e social”, tema de grande relevância no âmbito corporativo e social, sobretudo no caso de empresas que priorizam a economia solidária. Também será citada outra vertente, a economia colaborativa, que vem crescendo em variedades e adeptos. Serão abordados seus conceitos, diferenças em relação à economia solidária e exemplos práticos.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

As empresas de economia solidária têm como foco o fortalecimento do seu trabalho ofertado ao mercado (seja em forma de produto ou serviço) sem que, para obter lucro, seja preciso explorar seus colaboradores e clientes. Outro ponto de grande relevância é a cooperação e a colaboração mútua, disseminando a cultura de que cada membro da empresa, de qualquer nível hierárquico, precisa trabalhar, priorizando o bem-estar comum.

No mundo atual, no qual a lucratividade é o foco principal da maioria das empresas que deixam de lado sua responsabilidade social, empresas de economia solidária ganham destaque, sobretudo pelas propostas inovadoras e transformadoras, que visam a distribuir as riquezas de forma mais justa, contribuindo, concomitantemente, para o desenvolvimento econômico do país.

Nesse ínterim, a questão que motivou a elaboração deste estudo foi: Como as empresas de economia solidária podem inovar, sem abrir mão da lucratividade necessária à sobrevivência de toda organização, cooperando com o crescimento econômico do país e gerando distribuição mais justa e igualitária das riquezas produzidas?

1.1.1 Limitações do estudo

A maior dificuldade na realização do presente trabalho está voltada para a distinção entre os termos economia solidária, por um lado, e economia compartilhada, por outro. A conceituação de ambas as terminologias se mostrou uma fragilidade, mais por questões semânticas que objetivas, já que o significado dessas palavras induz a um perfil de economia voltada essencialmente para ideias distributivas e igualitárias. Esperamos que ao final do trabalho os conceitos estejam satisfatoriamente delineados, não com intenções excludentes, mas pelo rigor necessário à pesquisa.

1.1.2 Justificativa

É correto dizer que as organizações de economia solidária surgiram como proposta alternativa – e promissora - para uma camada da população que sofre com a exclusão do mercado formal de trabalho, favorecendo novos métodos produtivos bem como opções econômicas e sociais promotoras do desenvolvimento. Sendo assim, pode-se dizer que este estudo se justifica pela sua relevância acadêmica, econômica e social, pelo fato de o tema ser tão atual e, ainda assim, pouco explorado; especialmente por tratar de empresas que se destacam positivamente na sociedade em um momento tão delicado da economia brasileira, que carrega consigo as consequências da crise política e da instabilidade econômica que tanto contribui para o aumento das desigualdades.

1.2 OBJETIVOS

Nesse tópico, destacam-se os objetivos gerais e específicos que serão definidos e utilizados para melhor direcionamento desse estudo. Busca-se demonstrar o impacto positivo da economia solidária no desenvolvimento humano, social e econômico do país.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar como a economia solidária é uma alternativa viável para o desenvolvimento das empresas e das comunidades nas quais elas estão inseridas, bem como levantar a questão da emergente economia colaborativa e entender como essas duas perspectivas podem alavancar a economia e transformar a estrutura social.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

- a) Apresentar o conceito de economia solidária;
- b) Discutir a relevância de políticas orientadas para os pobres (*pro-poor policies*);
- c) Apresentar o conceito de cooperação na economia;
- d) Apresentar exemplos aplicados de economia solidária no mundo e no Brasil;
- e) Discutir a relevância da economia solidária como estratégia de desenvolvimento.

1.3 METODOLOGIA

Segundo Vergara (2004), o método é uma forma lógica de se pensar, de modo a se chegar a um determinado objetivo. Qualquer pesquisa que vise ter uma boa fundamentação necessita de um projeto bem elaborado para orientá-la. É importante ressaltar que um bom projeto não é capaz de garantir o sucesso de uma investigação, mas, certamente, é capaz de prevenir e evitar um fracasso.

Através da adoção de uma metodologia adequada, é possível se chegar ao atingimento de um objetivo previamente traçado, considerando-se que a metodologia é composta por um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos que, se bem utilizados, são perfeitamente capazes de produzir conhecimento.

1.3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa adotada nesse projeto teve cunho exploratório, sobretudo por este método permitir uma maior proximidade entre o pesquisador, o tema e o público-alvo da pesquisa, assumindo a forma de um estudo de caso, que foi realizado também com base em pesquisa bibliográfica. A pesquisa exploratória possui a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e

modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores, proporcionando maior conhecimento para o pesquisador (GIL, 2002).

No que concerne à pesquisa bibliográfica, tem como objetivo justificar e fundamentar uma pesquisa com base em citações de autores renomados em um dado assunto, direcionando a busca pela solução de possíveis divergências e dúvidas. Para Ciribelli (2003, p. 54) “a pesquisa exploratória é o primeiro passo de qualquer trabalho científico. É também denominada pesquisa bibliográfica”. A pesquisa foi realizada por meio do acesso a publicações em livros, revistas e sites; tendo como temas principais a economia solidária, a distribuição de riqueza e renda, e o desenvolvimento humano, social e financeiro.

Destaca-se que esse estudo é apresentado através de uma perspectiva de abordagem qualitativa, que de acordo com Marconi e Lakatos (2004, p. 269):

Preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse estudo, foi abordada a diferença entre economia colaborativa e economia solidária, bem como a relevância dessa última e do quanto ela pode interferir nos índices de desenvolvimento econômico e social de um país. Também se apresentam alguns exemplos de como a economia solidária pode estar presente nos objetivos estratégicos das empresas.

Para tanto, é tratado o conceito de economia solidária e dos seus desdobramentos com base em autores renomados no assunto em questão, tais como Singer (2002), Andion (2005), Antunes (2009), Boff et al. (2017), Oliveira (2011), entre outros.

2.1 ECONOMIA COLABORATIVA *VERSUS* ECONOMIA SOLIDÁRIA

O mundo capitalista vem passando por inúmeras mudanças ao longo dos anos, mudanças que afetam a estrutura social de um modo geral, principalmente no que concerne às questões trabalhistas. “Em linhas mais gerais, a estrutura social de um país é dada pela sua estrutura demográfica, sua ocupação, a distribuição da riqueza entre seus habitantes e sua distribuição espacial e geográfica”. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 176).

De acordo com Schwartzman (2004, p. 91), “tradicionalmente a condição de pobreza era entendida como algo natural e inevitável e inerente a uma parcela significativa, senão a maior da humanidade”. A grande questão é que os governantes só demonstravam certa preocupação quando a população ameaçava romper essas barreiras através da construção de uma visão de inconformismo, buscando soluções alternativas.

Segundo Antunes (2009, p. 17) “a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de ser e existir da sociabilidade humana”. Tais questões favorecem a migração desses trabalhadores para um mercado alternativo, sendo influenciado muitas vezes por novos conceitos como os de economia solidária e economia colaborativa.

As definições de economia colaborativa (ou compartilhada) e de economia solidária, surgem em um universo no qual é preciso otimizar o uso dos recursos, seja por condições financeiras ou de preocupação com o excessivo consumo, ou então por apelos socioambientais para preservação da natureza e de recursos necessários e escassos como a água potável. Ainda que tenham sua origem nas mesmas necessidades e desafios, há alguns aspectos que diferenciam estes dois conceitos de economia. Quijano (2002) afirma que a

economia solidária é um método diferenciado de produção, cujo objetivo é a não exploração de colaboradores (lucro a qualquer preço) e o desenvolvimento de trabalhos por meio de uma cooperação capaz de fortalecer a equipe, priorizando o bem-estar coletivo. Ela surge da luta contra o capitalismo e a má distribuição da renda que ele impõe. Surge da iniciativa de uns poucos que se reúnem para se oporem a imposições de empresas, dentro de um contexto social e econômico que impulsionava as grandes organizações no processo de industrialização, quando a única alternativa que restava aos pequenos produtores, depois de perder o direito até mesmo de impor os preços de seus produtos, era aceitar – subordinar-se – ou reinventar. E reinventaram.

A economia solidária não nasce pensando na obtenção exclusiva dos lucros de forma desigual, a partir de um florescimento de monopólios que colocavam os produtores em um lugar de marginalização – à margem do controle – e subalternização. Esse perfil econômico surge de valores sociais que prezam pelo bem comum, e, portanto, concebem a propriedade como algo coletivo, sem a estruturação de alguém que manda e alguém que obedece, mas pensando na equitabilidade de direitos e deveres de quem produz.

Já a economia colaborativa, de acordo com Botsman (2015, apud BOFF et al, 2017, p.124), “pode ser entendida como um sistema econômico de redes e mercados descentralizados que desbloqueia o valor dos ativos subutilizados através do binômio precisar e possuir, de forma a ignorar os intermediários tradicionais”. O principal aspecto no que tange à prática da economia colaborativa.

Conforme Dias (2016, p. 122), “é a não posse das coisas, mas sim o compartilhamento delas, ou seja, as pessoas não compram um carro, uma bicicleta, um imóvel, etc., mas esses bens seriam compartilhados entre as pessoas que precisam no momento”. Assim, equipamentos, máquinas, veículos e até mesmo residências teriam um maior aproveitamento, gerando economia e redução da necessidade de compra, quando compartilhados. Alguns exemplos de economia colaborativa aplicada nos transportes são as bicicletas de uso compartilhado, encontradas em algumas grandes cidades do Brasil e já muito populares no exterior; e também aplicativos de celular que encorajam a prática da carona agendada, aproveitando o trajeto que o condutor do veículo já estava programado a fazer, levando consigo outras pessoas que desejam ir ao mesmo destino.

Para Dias (2016, p. 123), “a principal transformação na economia colaborativa ocorre na forma pela qual as pessoas passam a entender e enxergar o mundo econômico, e a perceber que este não é estático, mas vive em constante mudança”. Essa mudança de visão, quando definitiva, contribui não só para com a própria pessoa, mas para com todo o ambiente no qual

ela está inserida, seja pela redução do consumo, seja por estimular e influenciar outras pessoas a pensar da mesma maneira. De acordo com Boff et al (2017, p. 128) “a economia de compartilhamento não é uma solução de cima para baixo, ou seja, não será imposta por um conjunto de legislações”. Portanto, todo o esforço para atingir novos adeptos a este tipo de comportamento é 100% orgânico; ou seja, é preciso que a pessoa se convença, por si só, da importância de reduzir o consumo e de que, nem sempre, é preciso possuir um bem para que se possa fazer uso dele, abrindo assim uma nova visão para a possibilidade do compartilhamento.

Um exemplo de economia de compartilhamento que vem sendo utilizado mundialmente e em escala crescente é o Airbnb. Nesse caso, os proprietários de imóveis podem alugar dependências de suas moradias que estão subutilizadas para viajantes que não querem ou não podem gastar com os altos valores de estadias em hotel. Há ainda um outro modelo, chamado de *couchsurfing* e que, de acordo com Boff et al (2017, p. 129), “liga turistas que querem se hospedar gratuitamente com anfitriões que querem receber esses visitantes em suas residências”.

Outra ação de economia colaborativa surgiu a partir da realidade migratória atual de alguns países, principalmente na Europa. A *Refugees Welcome*, por exemplo, vem utilizando uma plataforma para possibilitar que pessoas coloquem suas residências, ou cômodos dela, à disposição de refugiados vindos de países em guerra. Boff et al (2017, p. 129) salientam que nesta ação “a pessoa que acolhe terá contato com uma nova cultura e estará contribuindo para ajudar uma pessoa a ultrapassar uma situação difícil”.

Em pesquisa realizada pela renomada consultoria mundial PricewaterhouseCoopers (PwC), foi projetado que a movimentação global da economia colaborativa para 2025 pode chegar a US\$ 335 bilhões. Este movimento está criando sólidas raízes com o surgimento de novas empresas, novas ideias e um só ideal: facilitar a vida das pessoas¹.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao contrário do que pode parecer de início, economia solidária não busca a desconstrução do capitalismo, mas sua reorganização para uma visão mais social e solidária. Para Benini e Benini (2007, p. 1), o desemprego, muitas vezes, é o “fato que coloca a

¹ Disponível em: <<http://economiasc.com.br/economia-colaborativa-um-caminho-sem-volta/>>.

economia solidária no cerne das discussões teóricas e, na dimensão concreta de atividade humana, como movimento em direção da geração de renda e trabalho”.

A partir dessa visão, é possível enxergar a Economia Solidária como multidimensional, pois ela abrange os pontos de vista social, econômico, político, ecológico e cultural. Longe de ser de cunho voltado ao assistencialismo, a economia solidária prevê a construção de meios alternativos de geração de renda, no qual os trabalhadores possam decidir sobre o processo de produção e dividir os recursos gerados. É importante esta abrangência, pois a economia solidária está ligada à construção de um ambiente mais justo e sustentável, o que só pode ser atingido considerando as mais diferentes esferas (SINGER, 2002).

Importante ressaltar que o resultado gerado pela economia solidária, que é composta por empresas que praticam a autogestão, é, em suma, a solidariedade e a isonomia, com objetivos de gerar redistribuição solidária de renda, pregando que o capital pertence a quem trabalha e produz; e, portanto, deve ser distribuído igualmente entre todos esses trabalhadores.

Uma história tocante em que a economia solidária ajudou muitas pessoas pode ser hoje conhecida através da Yunus, que “tem como objetivo desenvolver negócios sociais pelo país através de seu fundo de investimentos” e é uma “aceleradora para negócios sociais”². Seu nome tem origem em Muhammad Yunus, professor de Bangladesh, que iniciou um novo conceito na vila de Jobra, onde morava, quando emprestou U\$ 27 para mulheres que viviam abaixo da linha da pobreza. Após o êxito na ajuda àquelas mulheres, Yunus formou o *Grameen Bank*, iniciando uma virada na vida de diversas pessoas que saíram da pobreza.

O site da Yunus (2017) apresenta uma tabela na qual ficam claras as perspectivas diferentes entre os chamados negócios sociais (que incluem as empresas de economia solidária), as ONGS e empresas tradicionais. Através dessa visão, é possível desenhar as fronteiras entre os tipos de negócios e seus modelos.

² Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/quem-somos>>.

Figura 1 - Diferenças básicas entre negócios sociais, ONGS e negócios tradicionais



Fonte: Disponível em: <https://www.yunusnegociossociais.com/o-que-so-negcios-sociais>

Outro caso exponencial é a Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, a Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internacional, que soma mais de 164 organizações a nível mundial, e é um exemplo maestro da economia solidária, importante no processo de consolidação desse perfil de economia no país, uma vez que está permeada pelos princípios de solidariedade e cooperação, melhorando condições de trabalho e produção, além de distribuir renda. No Brasil, existem 183 entidades ligadas à rede da Cáritas, atuando em mais de 450 cidades e já tendo auxiliado mais de 300 mil famílias só nos últimos 10 anos, impulsionando a migração para uma nova realidade, com aumento das expectativas de crescimento e desenvolvimento da economia e da sociedade locais.

Entre os programas desenvolvidos pela Cáritas Brasileira, estão:

- a) Catadores e catadoras de recicláveis: desenvolvimento de ações que propiciam o trabalho seguro e digno para mais de 5,7 mil catadores;
- b) Centro de Acolhida a Refugiados: com o aumento de mais de 800% nos pedidos de refúgio nos últimos 5 anos, aumentou a necessidade de acolhimento destes refugiados. Atualmente no Brasil estão 5.208 refugiados de 80 países;

- c) Convivência com o Semiárido: realização de obras hídricas que já atenderam mais de 100 mil famílias, além de programas educacionais para incentivar a criação de pequenos animais e a formação de lavouras coletivas;
- d) Economia Popular Solidária: estímulo a ações que visam à emancipação social, política e econômica de comunidades em situação de pobreza. Acompanhamento direto dos empreendimentos por cerca de 600 agentes da Cáritas, apoiando cerca de 100 mil trabalhadores;
- e) Gestão de Risco e Emergências: atendimento de emergência em situações de desastres naturais que podem levar a processos de vulnerabilidades social e econômica;
- f) Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ): na década de 2000, foi definida uma política de apoio à juventude, visando ao desenvolvimento solidário e sustentável desta parcela da população;
- g) Segurança Alimentar e Nutricional: atendimento de mais de 20 mil famílias que passaram a ter o direito garantido ao acesso a alimentos saudáveis e seguros, seguindo práticas alimentares adequadas.³

O trabalho da igreja católica com a Cáritas vem se mostrando fundamental, pois consegue abranger uma gama ampla de questões de vulnerabilidade social e econômica, não dependendo do governo, mas sim de doações para sua manutenção.

No que concerne aos objetivos, os negócios sociais compartilham da mesma visão que as ONGS; já no que diz respeito aos meios para conseguir os recursos necessários para as operações, os negócios sociais são autossustentáveis, como também são os negócios tradicionais.

Sobre a diferença que as empresas solidárias têm, quando comparadas a negócios tradicionais, também fica evidente que:

A racionalidade da empresa solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas. Ela surge não somente para permitir ganhos aos sócios, mas a criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, como também exige de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição capitalista e a favor da primazia do trabalho sobre o capital. É regida pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual, os quais unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, os possuidores de capital por igual em cada cooperativa. (SINGER, 2002, p. 51).

³ Disponível em: <<http://caritas.org.br/programas-caritas/>>.

Em um ambiente de economia solidária, as organizações e o governo precisam trabalhar juntos, tomando decisões e promovendo ações consistentes entre si. Para Fiani (2011, p. 58) “o problema da coordenação nas atividades econômicas é central para compreensão do funcionamento do sistema econômico e, portanto, para a promoção do desenvolvimento”. A globalização tem favorecido a rápida disseminação de notícias e discussões, e isso favorece que o tema economia solidária seja mais amplamente debatido entre vários segmentos da sociedade. As estruturas de economia solidária podem assumir diversos formatos, como: Associações, Cooperativas, Bancos Comunitários e Feiras. Além disso, podem estar inseridas em diversos ramos da economia, como produção, artesanato, reciclagem, confecção, calçados, agricultura, entre outros. A construção de políticas orientadas para os pobres teve um grande salto no Brasil durante a última década, sendo que hoje já existem ações que buscam promover e reforçar a importância da economia solidária. De acordo com Mercedes (2017), a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003, representam dois suportes fundamentais para a proporção da disseminação e da discussão acerca desse tema no país.

Entre os programas incluídos nas políticas orientadas aos pobres (*poor policies*) nos últimos anos no Brasil se destaca o Bolsa Família. De acordo com o IPEA (2017) o Programa é o que apresenta o maior efeito multiplicador na renda das famílias. Para cada R\$ 1 investido no programa, ocorre a elevação da renda das famílias em 2,25%, com incremento do PIB em R\$ 1,78. Isso significa que representa uma iniciativa viável e que vem trazendo resultados consistentes⁴.

Para o levantamento de informações e a elaboração deste tipo de programa ou projeto, são realizadas conferências nacionais de economia solidária. Em junho de 2006 foi realizada a primeira conferência nacional na área, dando origem ao conselho Nacional de Economia Solidária. A pauta desse primeiro encontro foi “a economia solidária como estratégia política de desenvolvimento” (MERCEDDES, 2017, p. 6).

Em 2010, foi realizada nova conferência, como o tema “pelo direito de produzir e viver em cooperação e de maneira sustentável”. Já a terceira conferência nacional, cujo mote foi “construindo o plano nacional de economia solidária, para promover o direito de produzir e viver em cooperação e de maneira sustentável”, realizou-se em novembro de 2014. O intuito é que cada vez mais pessoas participem destes fóruns e contribuam com sugestões e ideias

⁴ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7115>.

que possam ser aplicadas na comunidade da qual fazem parte, espalhando, assim, os benefícios e o conceito de economia solidária (MERCEDES, 2017).

2.2.1 Princípios que fundamentam a Economia Solidária

Segundo Oliveira (2011), é sabido que as questões econômicas só serão percebidas de maneira mais solidária e mais fraterna, além de promotora da igualdade, quando os agentes econômicos trabalharem de maneira coletiva visando a erradicar a fome, o desemprego e a situação de miserabilidade que assola o país. É claro que o lucro deve ser preservado, no entanto, os seus verdadeiros produtores não podem ser esquecidos e negligenciados. Os ganhos de uma empresa de economia solidária devem ser igualmente distribuídos entre todos os envolvidos no processo organizacional, sem a falsa ilusão de que para alguns ganharem, outros necessitam perder.

Oliveira (2011) afirma que, os princípios que respaldam os conceitos da economia solidária são a valorização do trabalho, a valorização da mulher no mercado de trabalho, a solidariedade, a responsabilidade ambiental, a cooperação, a valorização do ser humano, a responsabilidade social e o respeito às diferenças. A economia solidária constitui, então, o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida.

2.2.2 A Economia Solidária na transformação social e econômica

A economia solidária favoreceu a construção de uma nova perspectiva, influenciando regras até então rígidas e focadas apenas na busca desenfreada pelo lucro. De um modo geral, pode-se dizer que a economia solidária resultou dos confrontos persistentes entre o capitalismo e o socialismo. De acordo com Candeias et al. (2005, p. 100) “as iniciativas econômicas de economia solidária precisam ser capazes de sinalizar para um novo modelo de sociedade que não seja pautada pelo paradigma capitalista em que o fundamental são o lucro e a exploração”.

Para Singer (2002), a economia solidária deve ser vista como uma estratégia eficaz na batalha travada contra as desigualdades e contra o desemprego, bem como contra as demais

formas de segregação social, fazendo uso de métodos alternativos de organização produtiva, com base em conceitos opostos àqueles apresentados pela economia capitalista.

O conceito vai além, agregando a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim de uma colaboração solidária que visa à construção de sociedades pós-capitalistas, nas quais se garanta o bem viver de todas as pessoas. Podemos considerar a colaboração solidária como um trabalho compartilhado, cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém do sentido moral de corresponsabilidade pelo bem viver de todos, buscando ampliar o exercício concreto da liberdade (MANCE, 2002).

Buscando aproximação com as comunidades mais pobres, a fim de atuar de maneira integrada em projetos que promovam a geração de emprego e renda, o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento – criou, em 2007, o Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária, que tem por objetivo reconhecer iniciativas que exercem o que chamam de “boas práticas”, que, para o BNDES, envolvem⁵:

- a) Atuar de maneira coletiva e em sintonia com a democracia, envolvendo participantes ou sócios que atuam no meio urbano ou rural;
- b) Ter como razão de existir a geração de trabalho e de renda.
- c) Promover o exercício coletivo da gestão, com transparência e democracia soberana;
- d) Integrar seus associados direta ou indiretamente na formação e desenvolvimento de seu objetivo social;
- e) Realizar a distribuição dos resultados financeiros obtidos através da atividade econômica.

Esse tipo de ação reforça a importância de reconhecer iniciativas que promovem a economia solidária, pois são elas que ajudam a disseminar as filosofias de redução da pobreza através do trabalho digno, com distribuição justa da riqueza gerada. Sendo o BNDES um órgão de grande reconhecimento, tanto nacional quanto internacionalmente, sua participação neste tipo de política tem impacto positivo na construção de uma visão mais ampla do assunto a nível mundial.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), também tem em sua missão e visão o ideal compatível com as iniciativas de economia solidária. Sua visão é “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional”. Sua missão prevê “ter excelência no desenvolvimento dos pequenos negócios, contribuindo para a construção de um

⁵ Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/social/premio-bndes-boas-praticas-economia-solidaria>>.

país mais justo, competitivo e sustentável”. A atuação do SEBRAE nesse sentido prevê, por exemplo, a realização de eventos e consultorias gratuitas para empreendedores dos mais diversos segmentos. Um dos objetivos é o esclarecimento de dúvidas sobre como obter capital de giro para poder gerir as empresas. A atuação do SEBRAE impulsiona “para que os empreendedores superem essa barreira de forma orientada e sustentável”⁶. Esse evento, em específico, reúne bancos, cooperativas de crédito e outras entidades financeiras.

Na Tabela 1, é possível identificar a distribuição das 19.708 EES – Empresas de Economia Solidária – instaladas no Brasil, de acordo com sua área de atuação. Através da visualização da Tabela, fica claro que o maior número de Empresas de Economia Solidária está concentrado na atividade de Produção e Comercialização, correspondendo a mais de 50% do total. Essa visão é importante, pois mostra o envolvimento de vários setores da economia.

Tabela 1 - Distribuição das EES do Brasil por atividade econômica

Atividades dos EES	Total	%
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,1
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação de serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Poupança, crédito e/ou finanças solidárias	328	1,7
Total	19.708	100

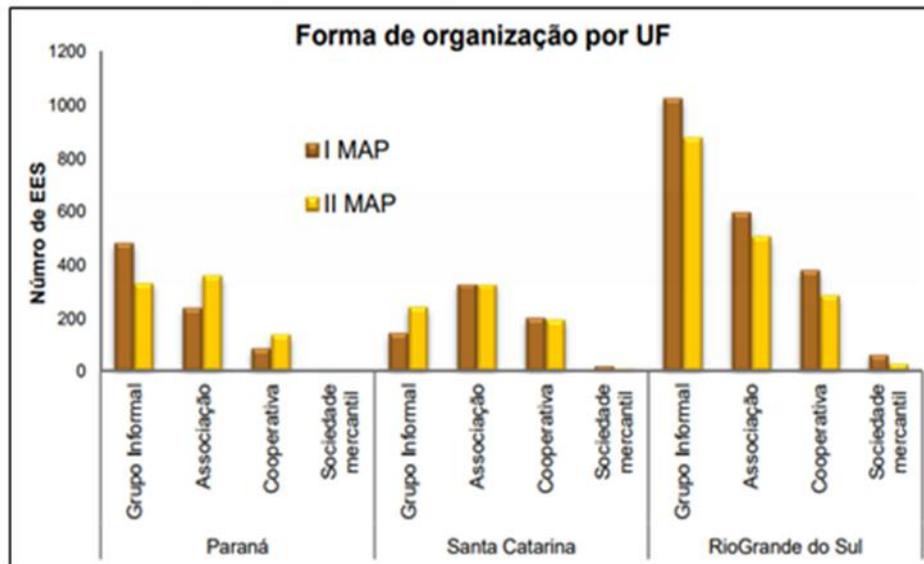
Fonte: Silva (2017, p. 24).

O SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária também organiza um estudo periodicamente no qual é possível observar dados importantes sobre a economia solidária no Brasil.

O Gráfico 1, formulado por Kappes e Kuyven (2013) para um destes estudos, por exemplo, mostra como é a distribuição das EES na região Sul do país.

⁶ Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/noticias/semana-nacional-do-credito-promove-orientacao-gratuita-aos-empresarios,7218e1fbc5bae510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>.

Gráfico 1 - Organização das EES por Estados do Sul do Brasil

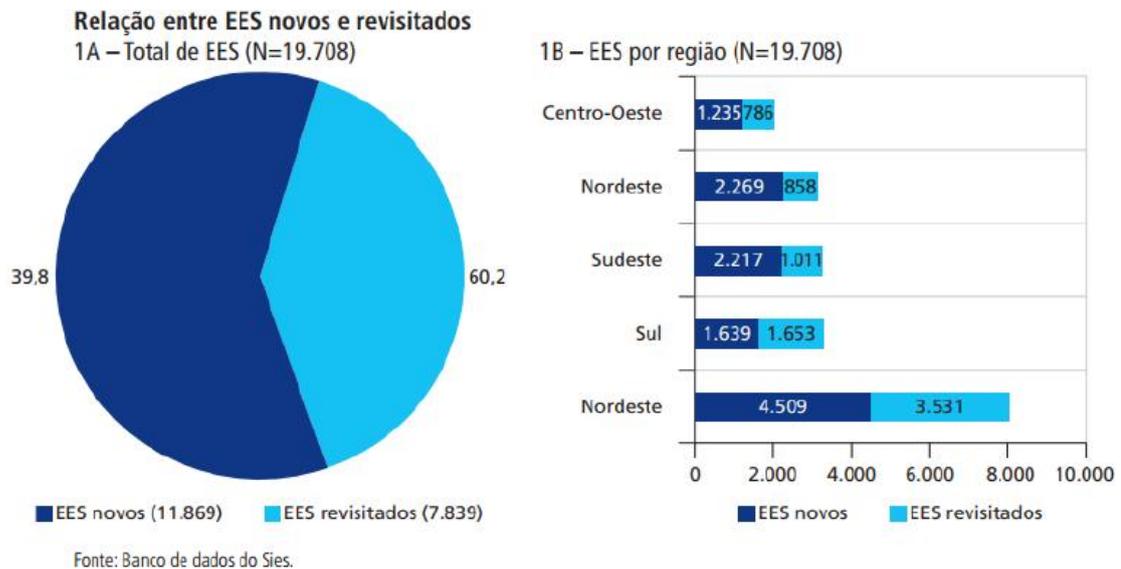


Fonte: Kappes e Kuyven (2013, p. 12).

É possível identificar que, comparando o Mapeamento anterior (I M) com o atual (II M). O Paraná se destaca com aumento no número das empresas classificadas como associação e cooperativa. Por outro lado, há uma queda significativa no número de grupos informais, o que é muito positivo. Em Santa Catarina, ocorreu o inverso, com aumento no número de empresas informais, enquanto as associações e cooperativas mantiveram sua participação. O Rio Grande do Sul, estado onde existem mais EES no Sul do Brasil, apresentou leve redução geral em todos os tipos de acordo com o Gráfico.

Além disso, é importante mencionar que foram identificados 19.708 empreendimentos entre 2.713 municípios brasileiros, distribuídos em todos os Estados da Federação, dos quais, 7.839 (39,8%) são de EES revisitados, e 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior. O Gráfico 2 demonstra as quantidades e proporções para o Brasil e suas regiões.

Gráfico 2 - Relação entre EES novos e revisitados no Brasil



Fonte: Silva (2016, p. 10)

2.2.3 Transformações organizacionais provenientes dos princípios da Economia Solidária

Os constantes períodos de recessão que têm se apresentado aumentaram a pressão por resultados nas empresas existentes. A necessidade de mudanças estruturais para se adaptar a esta nova realidade está clara no mundo do trabalho. Esta situação estabelece as circunstâncias ideais para a criação de novos negócios e novos modelos de trabalho que são compatíveis um com o outro (SCHUERMANN, 2014). Na Tabela 2, são apresentadas as razões apontadas pelos empreendedores que os levaram a constituição da EES.

Tabela 2 - Motivações para Constituição de uma EES

Motivações	Total	%
Fonte complementar de renda	9.624	48,8
Alternativa ao desemprego	9.106	46,2
Maiores ganhos em empreendimento associativo	8.471	43,1
Atividade na qual todos são donos	8.024	40,7
Desenvolvimento comunitário	5.646	28,6
Condição para ter acesso a financiamentos e apoios	4.130	21,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	19,3
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16,1
Incentivo de política pública	3.113	15,8
Atuação profissional em atividade específica	2.828	14,3
Fortalecimento grupo étnico	1.912	9,7
Produção/comercialização de produtos orgânicos	1.607	8,2
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,7
Recuperação de empresa privada	601	3,1
Outro	1.890	9,6

Fonte: Silva (2017, p. 31).

Como podemos observar, os motivos para constituição de uma Empresa de Economia Solidária são diversos, porém, é clara a influência do desejo por uma renda maior para que as pessoas consigam atender às suas necessidades. A questão de buscar alternativas à situação de empregado, também aparece na pesquisa com certa importância, visto que 40,5% os entrevistados afirmaram buscar uma ocupação onde fossem donos do negócio.

Sociedade e economia mudam rapidamente e com profundas consequências que afetam diretamente as indústrias, apresentando resultados como nunca antes vistos no que diz respeito à produtividade. A maneira como trabalhamos e cooperamos foi envolvida imensamente neste processo de mudança. Os empregados estão quebrando o sistema de escravidão e demasiada hierarquia que muitas empresas ainda insistem em manter, baseadas nas antigas pirâmides das organizações, abandonando assim os sistemas patriarcais e os chefes (SCHUERMANN, 2014).

As transformações geradas pela economia solidária são muitas e permitem o surgimento de indagações e propostas não apresentadas pela economia capitalista e social. Pode-se dizer que a crise foi um fator motivador desse tipo de economia, fazendo surgir comportamentos solidários e altruístas; ao contrário do que acontecia anteriormente, quando só se ouvia falar em lucratividade. As organizações que adotam a autogestão, resultante em economia solidária, atuam em variados setores, tais como transporte, meio ambiente, saúde, entre outros, tendo como meta base a promoção social. O movimento solidário é fortemente

ligado a dinâmica presente em cada sociedade. As iniciativas são originárias de ações locais, baseadas na ideia de comunidade, que é compreendida no sentido de partilha de um mesmo território, concebido ao mesmo tempo como espaço físico e como espaço de pertencimento a uma rede de relações constituída. Um dos grandes setores beneficiados por essa economia solidária é o da agricultura familiar, que já produz histórias de sucesso em todo o país (ANDION, 2005).

As organizações com objetivos condizentes com as propostas da economia solidária são compostas por trabalhadores assalariados, trabalhadores voluntários e demais colaboradores. Isso requer dos envolvidos no processo organizacional qualificação específica e espírito de mudança, que interfere diretamente nos resultados da empresa e na sua influência na sociedade em que atua.

Para Almeida Filho e Reis (2017, p. 94):

Ainda que todas essas formas estejam integradas ao modo de produção capitalista, a economia familiar rural e urbana, o trabalho autônomo e do microempreendedor, o associativismo e o cooperativismo populares constituem uma espécie de economia popular, na maioria das vezes informal, que hoje é responsável por parte expressiva do PIB brasileiro.

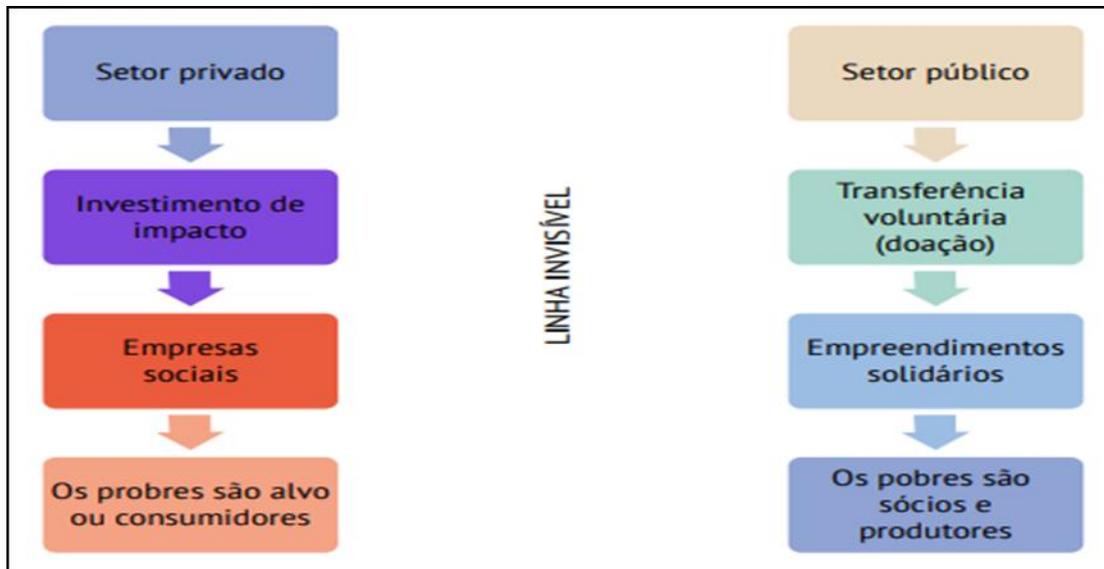
De acordo com Góes (2017), ainda existe espaço para evolução nas atividades de economia solidária. As Empresas Sociais e Empreendimentos solidários, por exemplo, seriam melhor aproveitados com a junção de suas atividades e construção de cadeias produtivas focadas de maneira sustentável. Outro ponto está relacionado aos Fundos de Investimento de Impacto, que atingiriam mais resultados com o investimento em instituições intermediárias que pudessem levar recursos para empresas sociais e para empreendimento solidário.

Do poder público, espera-se que trabalhe no sentido de incentivar a participação de investidores em projetos de economia solidária. Outro aspecto é o fortalecimento das incubadoras e aceleradoras de empresas, que tem papel fundamental no rompimento das barreiras iniciais da constituição das empresas solidárias. Com isso, seria possível um maior contato entre investidores e empresas de economia solidária, sejam em negócios locais ou cooperativas (GÓES, 2017).

Na Figura 2 podemos verificar o fluxo de capital, voltado, no setor privado, para a dinâmica do acúmulo de bens e riqueza, explorando o comércio com um investimento de impacto, que gera retorno, que busca retorno. O setor privado investe para que seu público alvo seja atraído para o consumo dos produtos que oferece, enquanto no setor público, a transferência voluntária e os empreendimentos solidários fogem do perfil capitalista de

propriedade. O principal aspecto que pode ser observado é a mudança do pobre como consumidor (no setor privado) para sócio e produtor (no setor público).

Figura 2 - Esquema do fluxo de Capital no Investimento de Impacto e na Economia Solidária



Fonte: Mazzeu (2017, p. 77).

3 APLICABILIDADE

Nesse capítulo, a fim de ilustrar os conhecimentos teóricos abordados no capítulo anterior, apresentam-se exemplos de economia solidária em quatro diferentes setores: gastronomia, compartilhamento de espaços de trabalho (*coworking*), cooperativas de crédito e ações de financiamento coletivo (*crowdfunding*). Também será apresentado o breve estudo de caso da empresa de cosméticos Natura, que desenvolve projetos ligados à economia sustentável e participação na comunidade e apresentação do case da Aurora Alimentos, representando a importância da Agricultura Familiar. Ao final, será apresentado o trabalho da Cáritas Brasileira e também as perspectivas para a economia solidária.

3.1 GASTRONOMIA SOLIDÁRIA

Um movimento chamado Gastromotiva vem aplicando o conceito de Gastronomia Solidária no Brasil, já seguindo o que acontece em outros países do mundo como Birmânia com a The Yangon Bakehouse, e, na Inglaterra, Jamie Oliver Food Foundation. Liderado pelo chef de cozinha brasileiro David Hertz, o Gastromotiva atende a diversas frentes em São Paulo desde 2006, no Rio de Janeiro desde 2013 e Salvador, 2014, com projetos para alcançar outras cidades nos próximos anos⁷.

Juntos, os setores de alimentos e bebidas movimentam cerca de 9,3% do PIB brasileiro, sendo uma das áreas que mais gera emprego nos grandes centros. Um dos objetivos da Gastronomia Solidária é utilizar este potencial para ajudar a diminuir a desigualdade social, e, além disso, o movimento trata de temas delicados como o desperdício de alimentos e a alimentação saudável como ferramenta de combate à obesidade. Os princípios que regem o Gastromotiva são⁸:

- a) Fornecimento de qualificação e educação empreendedora para as pessoas, bem como orientar o seu acesso ao mercado de trabalho;
- b) Promoção da capacitação, emancipação e desenvolvimento humano;
- c) Construção de pontes e redes, a fim de mobilizar a sociedade em questões sociais através de gastronomia;

^{7,7}Disponível em: <http://www.gastromotiva.org/en/?gclid=EAIaIQobChMIkp-Y4O7j1wIVSwWRCh3PMgVfEAAYASAAEgILdvD_BwE>.

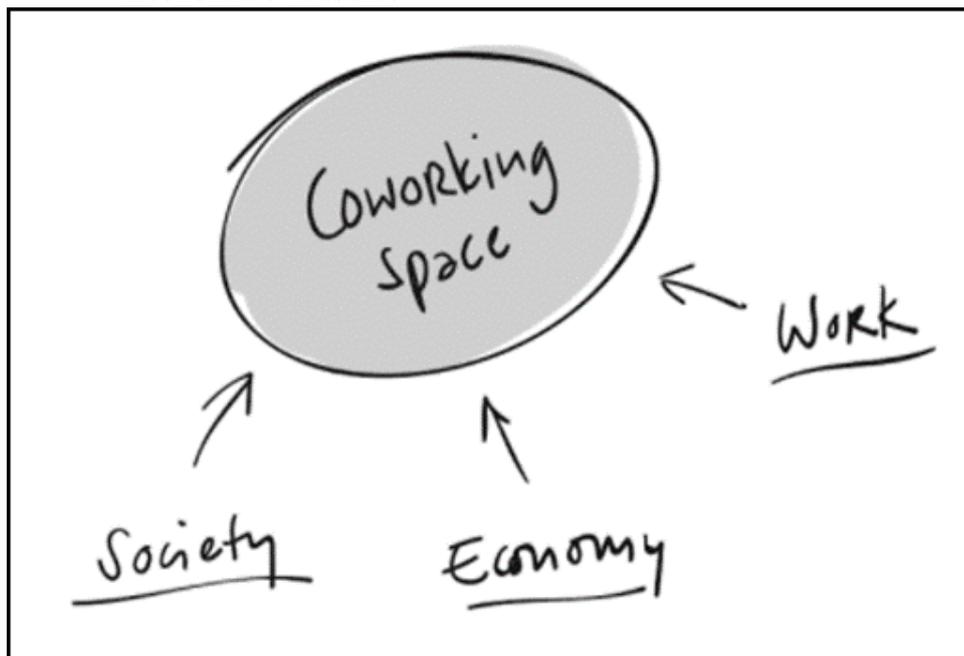
- d) Melhora da saúde e do bem-estar das pessoas através de segurança alimentar e gastronomia;
- e) Reforço das identidades culturais regionais ligadas aos hábitos e tradições alimentares.

A economia solidária tem em seu cerne essa preocupação com o uso consciente dos recursos da natureza, bem como com a saúde das pessoas. Candeias et al (2005, p. 99) ressaltam que “essa preocupação existe quer seja para evitar desperdício de matéria-prima, no ato de produzir, quer pela necessidade de sobrevivência, principalmente quando há um contato direto com a terra ou com a água”.

3.2 ESPAÇOS DE TRABALHO COMPARTILHADOS – COWORKING

De acordo com Schuermann (2014, p. 9) “uma crescente comunidade de trabalhadores com conhecimentos independentes têm procurado por alternativas a situação tradicional de empregabilidade”. Por muitas vezes, a resposta encontrada para estes trabalhadores é o uso de espaços coletivos e colaborativos de trabalhos, conhecidos também no Brasil como coworking, termo em inglês que dá nome a “uma nova forma de pensar o ambiente de trabalho”, de acordo com a Coworking Brasil (2017).

Figura 3 -Espaço Coworking, ambiente de mudança para a Sociedade, Economia e Trabalho

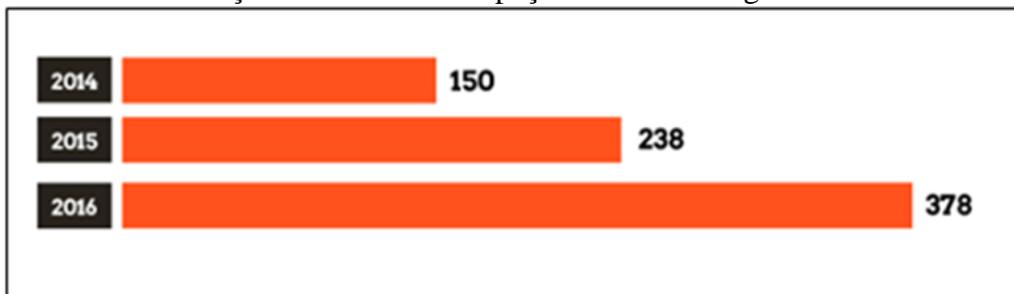


Fonte: Schuermann (2014, p. 9)

Os objetivos que levam as pessoas a procurar este tipo de espaço são diversos, entre eles podem-se citar: infraestrutura, custo mais baixo do que manter um escritório próprio, ambiente propício para fazer novos contatos e novos negócios.

Na Figura 3 apresenta-se a visão de Schuermann (2014) de que o coworking funciona através da junção de sociedade, economia e trabalho de maneira harmoniosa, criando uma nova visão de trabalho através do espaço compartilhado. De acordo com Feijó (2017) “o número de escritórios compartilhados que se definem como coworking somam quase 400 no Brasil, um crescimento de mais de 50% entre 2015 e 2016”.

Gráfico 3 - Evolução no número de espaços de Coworking no Brasil



Fonte: Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios (2017)

3.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O cooperativismo vem crescendo e se desenvolvendo desde o final do século XVIII e início do século XIX. A primeira cooperativa formalmente constituída foi “criada em 1844 por 28 operários – 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e foi reconhecida como a primeira cooperativa moderna”⁹. Desde então, o cooperativismo vem sendo aplicado em diferentes conceitos e setores. De acordo com Candeias et al (2005, p. 107), “toda sua origem está ligada, por um lado, à ideia de ajuda filantrópica e fé cristã, e por outro, à reação dos trabalhadores no sentido de demonstrar seu desagrado ao modo de produção capitalista”.

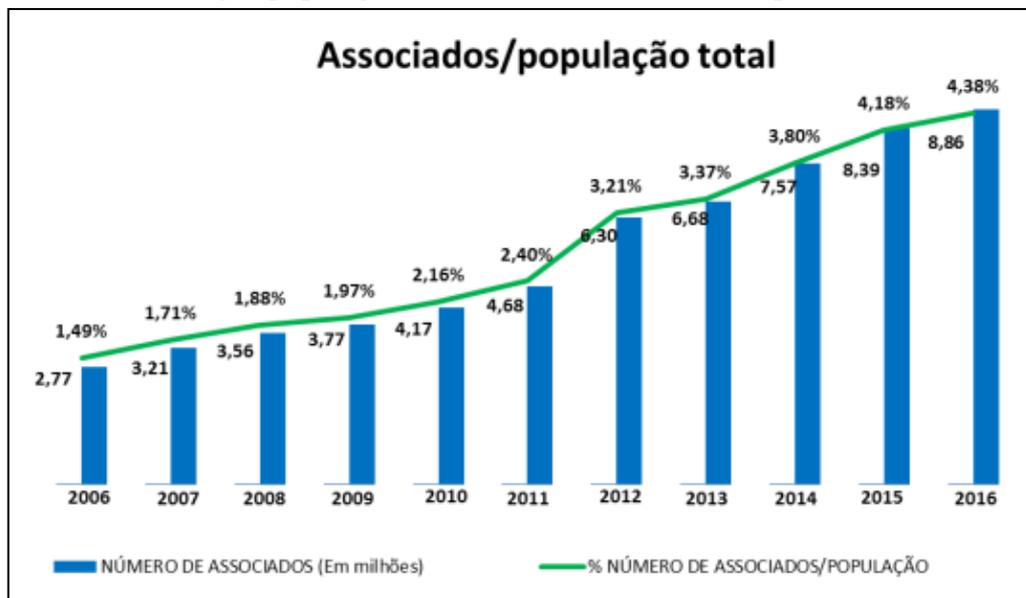
Ao contrário do capitalismo ou do socialismo, “a 'acumulação de capital' no cooperativismo, se procede através do trabalho dos sócios, e para os sócios, respeitando a proporção do esforço do trabalho, de cada um, dispendido nos contratos” (VERRI, 2011, p. 21). Segundo Fiani (2011, p. 59), “promover a cooperação significa simultaneamente reduzir as possibilidades de conflito”; e Verri (2011) afirma que os princípios do cooperativismo

⁹ Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>>.

envolvem questões de caráter de valorização do seu humano, com a capacidade de criar uma nova visão das atividades econômicas, tanto de governo, quanto empresariais. Os principais objetivos envolvem o fortalecimento de benefícios sociais para os participantes e para a comunidade onde estão inseridos.

De acordo com o Banco Central do Brasil¹⁰ “cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados”. No contexto de cooperativa, os cooperados têm participação como sócios, podendo votar e ajudar a gerir o negócio, além de utilizar de todos os produtos e serviços oferecidos. As cooperativas de crédito vêm crescendo em ritmo acelerado, principalmente no Sul do país. Segundo a Revista Época Negócios (2017), “em uma lista das 50 maiores empresas do Sul do país, elaborada pelo jornal Valor Econômico, constam 13 cooperativas”. A participação das pessoas nas cooperativas de crédito como alternativa aos bancos, que tem juros cada vez mais altos, faz com que as cooperativas de crédito somem hoje cerca de 3% dos ativos financeiros no Brasil.

Gráfico 4 - Relação população brasileira e associados a cooperativas de crédito



Fonte: Portal do Cooperativismo Financeiro (2017)

3.4 FINANCIAMENTO COLETIVO DE PROJETOS – CROWDFUNDING

¹⁰ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>.

Segundo Gorini e Torres (2016, p. 47), financiamento coletivo “é uma prática de financiamento de um projeto ou empreendimento onde o empreendedor levanta recursos a partir de um grande número de pessoas, normalmente através de uma plataforma da internet”. Hoje, entre as plataformas de crowdfunding mais utilizadas estão Catarse, Vakinha, Kickante, Kickstarter, Indiegogo, StartMeUp, Broota, Impulso, entre dezenas de outras. Esses sites possibilitam que o empreendedor poste seu projeto em busca de financiadores, que podem comprar seu produto ou serviço com antecedência ajudando assim a empresa a realizar a produção.

Outras ações compreendem a arrecadação de recursos para ações sociais. Em troca, as plataformas ficam com um percentual que chamam de taxa administrativa, que incide sobre o total arrecadado por quem posta a oferta.

Na Figura 4 apresenta-se uma lista dos 15 projetos que arrecadaram os maiores valores em plataformas de crowdfunding em 2016.

Figura 4 - Ranking arrecadação em plataformas de crowdfunding 2016

Site	Título	Valor atingido
Kickante	SANTUÁRIO ANIMAL	R\$1.006.990,95
Kickante	Bel Pesce: Legado A Menina do Vale	R\$889.385,37
Catarse	Jornada pela Democracia - Todos por Dilma	R\$773.871,00
Kickante	Bel Pesce por todas as capitais do Brasil!	R\$737.616,50
Catarse	Mola Structural Kit	R\$603.064,00
Vakinha	Ajude a GIGI	R\$423.066,72
Kickante	Fixando Raízes Wim Belem Don!	R\$403.390,00
Kickante	Dá Pé - Vamos Reflorestar o Brasil!	R\$400.893,11
Catarse	O Teatro Mágico - Turnê nacional do novo álbum	R\$391.574,00
Catarse	Kabbalah Hermética	R\$347.657,00
Vakinha	Porcos do Rodoanel	R\$281.137,55
Catarse	Dead Fish @ Disco Novo	R\$258.501,00
Catarse	A Lenda do Herói - O Jogo	R\$258.487,00
Catarse	Masmorra De DADOS	R\$241.814,00
Vakinha	Gi - Nocauteando Cancer	R\$238.044,45
Kickante	Caçadores da Galáxia	R\$218.988,00

Fonte: Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/07/em-valor-crowdfunding-de-dilma-fica-atras-de-campanhas-para-resgate-de-animais-e-bel-pesce.html>>.

Ainda há muito que avançar no uso desta estratégia de financiamento coletivo no nosso país. Segundo Coraccini (2017, p. 18) “no Brasil, a ideia de investimento coletivo ainda

está em fase inicial [...] mas seu sucesso vai depender da credibilidade que as plataformas online vão conquistar com os empreendedores e, principalmente, com os investidores”.

3.5 CASE NATURA

A Natura é uma empresa brasileira que produz e comercializa produtos cosméticos variados através da venda direta. Segundo Neves (2001, p. 97), “sua preocupação com o aperfeiçoamento da sociedade a fez criar canais de participação e mobilização social entre seus parceiros e adotar a educação como seu foco de atuação”. Para Meir e Volpi (2006, p. 75), a Natura se mantém forte no mercado, pois seu crescimento econômico e sua estabilidade são acompanhados ininterruptamente por um “sistema de gestão de responsabilidade corporativa que aproxima três dimensões da sustentabilidade (Econômica, Social e Ambiental) ao planejamento estratégico da empresa e ao dia a dia da operação”.

Seguindo sua vocação estratégica, a Natura mantém diversos projetos ligados à Economia Solidária, bem como na área da educação, que é a base para a construção de um novo conceito no nosso país. Um destes projetos é direcionado ao incentivo à gestão democrática nas escolas. A Natura é parceira da Escola Estadual de primeiro e segundo graus Matilde Maria Cremm, de Itapeccerica da Serra, e busca a participação de todos os alunos, da comunidade, dos professores e do governo local (NEVES, 2001).

Em Minas Gerais, a empresa desenvolve, desde 1997, um projeto de educação voltado à valorização da cultura regional. Este projeto é baseado em atividades diversas como atividades lúdicas com as crianças, trabalho em hortas comunitárias, oficinas de pintura, e até mesmo a formação de um coral chamado Meninos e Meninas de Araçuaí, que faz apresentações de músicas folclóricas e histórias cantadas (NEVES, 2001), além, ainda, de trabalhar com o que chama de sociobiodiversidade, que é um aprimoramento do termo biodiversidade, já conhecido, incluindo a participação da sociedade produtora envolvida. Segundo a empresa:

A expressão envolve não apenas a relação entre bens e serviços criados a partir de recursos naturais, como também o valor do conhecimento das populações tradicionais e do desenvolvimento local das cadeias produtivas estruturadas a partir do uso do patrimônio genético¹¹.

¹¹ Disponível em:

<http://www.natura.com.br/sites/default/files/static/sustentabilidade/natura_visao_sustentabilidade_2050.pdf?utm_so>.

Para Neves (2001, p. 98), os diretores e conselheiros da Natura, “acreditando na importância da participação da sociedade na condução e resolução de seus problemas sociais, apoiaram a Constituição do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Cajamar cidade onde está o NEN - Novo Espaço Natura”. O NEN está encarregado de realizar trabalhos sociais junto à comunidade, agindo como canal de incentivo à participação democrática e a busca pela criação de políticas sociais efetivas.

A Natura também revela preocupação com a manutenção do ciclo de vida do ecossistema de onde retira sua matéria prima e também os impactos das embalagens e dos produtos que vende. Um exemplo é o apoio ao consumo solidário, com o uso de refis dos produtos comercializados. Consumir solidariamente, para Mance (2002), envolve o atendimento às necessidades do consumidor, protegendo os trabalhadores que fabricam, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço, além da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e construção de sociedades mais justas e solidárias.

3.6 AGRICULTURA FAMILIAR – COOPERATIVA AURORA

De acordo com Guanziroli (2001, p. 119), “a região Sul do Brasil é conhecida nacionalmente pelo peso social, econômico, político e cultural da agricultura familiar na sua formação e desenvolvimento”. Em 2006, época em que o IBGE divulgou o último Censo Agropecuário, a situação das propriedades consideradas Agricultura Familiar nos três Estados do Sul, comparado às propriedades particulares (não familiares), apresentava o seguinte cenário:

Tabela 3 - Números Agricultura Familiar no Sul do Brasil

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área(ha)
Paraná	302 828	4 252 659	68 235	11 139 123
Santa Catarina	168 512	2 643 241	25 156	3 419 265
Rio Grande do Sul	378 353	6 158 610	63 119	14 168 104
TOTAL	849 693	13 054 511	156 510	28 726 492

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006).

Um dos exemplos de Agricultura Familiar no Sul do país é a cooperativa Aurora, que nasceu da luta de 18 homens que trabalhavam no meio rural no oeste de Santa Catarina. Eles se reuniram para buscar melhores condições de trabalho e ganhar mais espaço no mercado. Hoje, a Aurora é “a maior cooperativa produtora de alimentos do Brasil”¹².

Iniciando suas atividades com a comercialização de produtos de origem suína, o somar de forças deu à Aurora a oportunidade de ampliar seu portfólio de produtos, e hoje também produz e comercializa aves, laticínios, massas, vegetais e suplementos para nutrição animal. A cooperativa cresceu, sendo que em 2017 já atingiu a marca de 13 cooperativas filiadas, mais de 72 mil famílias associadas, mais de 26 mil funcionários da Aurora Alimentos e mais de 8 mil empregados das cooperativas filiadas ao Sistema da Cooperativa Central Aurora Alimentos¹³.

Com a promoção de ações sociais constantes, a Aurora Alimentos mantém na rede social *Facebook* uma página chamada Acredite no Cooperativismo, na qual viabiliza ações sociais diversas, promovidas por ela e também pela comunidade em que está inserida.

¹², ¹² Disponível em: <<https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/aurora-apresentacao>>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, as diferenças entre as economias (solidária e colaborativa) foram abordadas para um melhor entendimento do contexto. Ficou claro durante as pesquisas, que tanto a economia colaborativa quanto a economia solidária vêm ganhando novas ações com o passar do tempo. As empresas e as comunidades onde se inserem parecem, aos poucos, acreditar mais neste tipo de iniciativa e em seus benefícios a longo prazo.

No capítulo de referencial teórico, foram atendidos os dois primeiros objetivos deste trabalho, a saber, apresentar o conceito de economia solidária e discutir a relevância de políticas orientadas para os pobres (*pro-poor policies*). Ficou exemplificada a importância das políticas públicas no processo de redução da pobreza e criação de oportunidades para os mais necessitados. Através de todos os exemplos práticos mencionados no capítulo de discussão, foi possível responder, de forma elucidada o problema de pesquisa que foi apresentado: Como as empresas de economia solidária podem inovar, sem abrir mão da lucratividade necessária à sobrevivência de toda organização, cooperando com o crescimento econômico do país e gerando distribuição mais justa e igualitária das riquezas produzidas?

Além disso, atendeu-se ao objetivo proposto que é de apresentar exemplos aplicados de economia solidária no mundo e no Brasil. Ações como a Gastromotiva, apresentada no capítulo anterior deste trabalho, deixam claro que não há limites para a economia social, sendo que ela pode ser aplicada em qualquer setor da economia, como neste caso, a gastronomia. Ao dizer que a economia social não tem limites, estamos nos referindo ao fato de que ela conversa com os diversos setores da sociedade e amplia a discussão para temas que envolvem a sociedade, como questões de bem-estar social, de bem-estar no trabalho, de sustentabilidade, de respeito ao próximo.

Os espaços de trabalho compartilhados vêm trazer uma nova visão à forma como as empresas são organizadas. O rompimento das barreiras físicas e a mobilidade tem trazido novas perspectivas à empreendedores dos mais diversos setores. Em busca de menores custos de manutenção, o compartilhamento de espaços também é alternativa para um outro tipo de compartilhamento: o de ideias. Estar no mesmo espaço incentiva a troca de experiências e possibilita a criação de novos negócios a custos mais baixos, estimulando o empreendedorismo.

As cooperativas de crédito agem como um exemplo de organização popular que desafia os grandes bancos, com proposta de aplicações e manutenção mais justa do capital dos sócios. Esta ideia tem se difundido por todo o país de maneira crescente, ganhando novos

investidores a cada dia, que buscam alternativas aos juros altos e abusivos, apresentados pela maioria dos bancos comerciais. Da mesma forma, a agricultura familiar e a formação de cooperativas, neste sentido, vêm trazer às famílias do campo uma fonte de renda contínua, aproveitando seus conhecimentos sobre o plantio e criação de animais, que em muitas regiões é passada de pai para filho mantendo uma tradição na família. Estes itens visaram ao atendimento do objetivo apresentar o conceito de cooperação na economia, o que se entende por cumprido.

Fica evidente também com a pesquisa, a possibilidade de arranjos no meio civil para contribuir com projetos de cunho social e humanitário, através das plataformas de financiamento coletivo. É uma ação que busca uma alternativa para os métodos tradicionais de captação de recursos, que normalmente são bancos, representantes de grandes custos para quem precisa do capital. Esse aspecto atende ao objetivo geral proposto neste trabalho, que é o de demonstrar como a economia solidária é uma alternativa viável para o desenvolvimento das empresas e das comunidades onde elas estão inseridas. Embora as políticas governamentais demonstrem apoio a esse novo modelo de economia, uma vez que agrega valores e gera renda, o Projeto de Lei 4685/2012 se arrasta, desde novembro de 2017, na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados¹⁴, em um moroso movimento de 5 anos, desde que foi concebida. Para tentar definir o cerne desse modelo econômico, utilizamos o próprio texto do projeto supracitado, que diz, no Art. 1º, Parágrafo Único, que a Economia Solidária visa à “promoção de atividades econômicas autogestionárias, ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços”, uma vez que “se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais” (BRASIL, PL 4685/2012).

Ainda assim, cabe ressaltar o fato de que essa economia surgiu como forma de contestação à supremacia do lucro, tão própria do capitalismo. Que seja importante dentro de um processo de evolução social, no que diz respeito à distribuição da renda excluindo-se os monopólios detentores do controle, não cabe dúvida. Além disso, pese aos benefícios fiscais advindos desse tipo de estrutura pecuniária, o ideal de solidariedade, de igualdade e equilíbrio social, na busca de condições descentes de trabalho, conforme o Art. 3. III da PL, e muitas outras características de cunho social, indicam a importância da Economia Solidária no Brasil e no mundo. Como citamos no decorrer do trabalho, a empresa Natura, que teve breve case apresentado, é um ótimo exemplo de empresa de grande porte que vem retornando para a

¹⁴ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>.

comunidade sua contribuição tanto através da educação, ações de valorização de mão-de-obra, promoção do consumo consciente e proteção da natureza. Esse item foi significativo também para discutir a relevância da economia solidária como estratégia de desenvolvimento, último objetivo específico traçado para este trabalho. Também foram apresentados os trabalhos realizados pela Cáritas Brasileira, envolvendo aspectos de auxílio ao desenvolvimento econômico e social sob várias óticas.

As alianças que surgem desse perfil de economia buscam a sustentabilidade em muitos aspectos. E para citar mais um caso que não mencionamos anteriormente, seria conveniente lembrar os catadores de papel. Por exemplo, a Ambev e a Coca-Cola, em parceria, aumentaram investimentos destinados a cooperativas de catadores e busca reduzir ao menos 22% das embalagens em aterros até 2018¹⁵. Essas cooperativas já há alguns anos vêm estabelecendo parcerias também com artesãos na busca da reutilização e reciclagem em uma espécie de simbiose que fortalece tanto um lado como outro. O artesanato se torna outra fonte de renda para os catadores a partir da reciclagem, que atuam com empresas na logística reversa reciclando. A artesã Rosemary Marvão, que faz parte do Fórum de Economia Solidária por meio da Associação de Artistas Plásticos e Artesãos de Salinópolis (AAPAS)¹⁶ acredita que há muito em comum para que trabalhem uns e outros, já que artesãos novos, especialmente, catam material também. Também nessa linha artesanal, podemos falar do Centro SEBRAE de Referência do Artesanato brasileiro, CRAB¹⁷, que reposiciona e qualifica o artesanato, tendo-o como expressão criativa nacional, e que tem levado, a partir do incentivo ao conhecimento e da prática da comercialização, o artesanato ao diálogo com diversos segmentos econômicos.

Conforme avançamos nas pesquisas, fica claro que há boas perspectivas para a economia solidária em longo prazo. O estabelecimento de patamares ainda maiores de conscientização pode ser atingido quando se trabalha o ponto focal de qualquer mudança: a educação. Assim, se consegue semear a ideologia de maneira mais eficiente, desenvolvendo o pensamento solidário junto com a educação, promovendo a economia solidária e consequentemente reduzindo as desigualdades sociais. Para Góes e Matos (2017, p. 102):

Um dos grandes desafios da educação consiste em formar sujeitos autônomos, e não há autonomia sem que haja independência econômica. O

¹⁵ Disponível em: <<https://www.ambev.com.br/imprensa/releases/ambev-e-coca-cola-brasil-lancam-juntas-novo-programa-de-reciclagem/>>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/artigos/reciclagem-e-artesanato-uma-parceria-possivel>>.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.crab.sebrae.com.br/o-crab>>.

grande desafio da formação em Economia Solidária é o de educar as pessoas para a autogestão.

No caso da economia solidária, o maior aprendizado não está em sala de aula, está na convivência com os projetos e as pessoas envolvidas nas ações, como os intercâmbios de experiências, por exemplo. De acordo com Candeias et al (2005, p. 101), “os intercâmbios de experiências são práticas educativas voltadas à capacitação de pessoas interessadas em compartilhar um conhecimento construído numa área temática específica”.

Aprender com quem vive a economia solidária e é beneficiado por ela se mostra muito mais eficaz do que os estudos baseados apenas em referenciais teóricos ou meios técnicos. “O processo de aprendizagem do público envolvido tem sido muito rico, em muitos casos, diferenciando-se da fala, do discurso de um técnico-especialista” (CANDEIAS et al., 2005, p.102).

Esse foco na educação como forma de fortalecer e disseminar a economia solidária, cria um capital social de grande valia para as futuras gerações, pois instiga a busca de novas soluções para problemas tão antigos, como a pobreza, a miséria, a justa distribuição de renda, dentre outras mazelas sofridas pelos mais pobres.

A educação de gestores públicos é parte desse processo instituinte da política. Não se trata apenas de ofertar possibilidades de processos formativos, mas sim de criar oportunidades para processos participativos de construção coletiva da política. (SCHIOCHET E SILVA, 2017, p. 46).

Por outro lado, devemos ainda contrapor a Economia Solidária com a Economia Compartilhada. Enquanto a primeira nasce da luta contra o ideal de propriedade capitalista, a segunda surge do estreitamento de fronteiras advindo da Revolução Tecnológica, da acessibilidade, da comunicação indistinta, da libertação da necessidade do contato físico para o estabelecimento de conversas, da descontração com relação às imposições; tudo isso fruto de uma nova sociedade, a sociedade da informação. Ergue-se uma casta de pessoas que rompe com os padrões até então conhecidos de mercado. As transações são realizadas por meio da internet, sem necessidade do contato visual sequer; buscando, também em termos cooperativos auxiliarem-se mutuamente, proporcionando a prestação de serviços com preços mais baixos, já que estão livres das pesadas taxas governamentais. O espaço perde espaço. Os riscos são menores. A diversidade de oferta é deflagrada. O controle financeiro, banido das mãos de agentes específicos. Pessoas se beneficiam das formas mais variadas, como citamos nos casos das bicicletas, ou da carona solidária. Mas essa recém-gerada forma de economia se

expande, e há lojas virtuais que realizam suas vendas, movimentam o mercado nacional e internacional; por exemplo, como é o caso da Airbnb¹⁸, site de hospedagem. Para aqueles que não podem, ou não querem dispor dos altos valores cobrados pelos hotéis luxuosos é uma solução inconfundivelmente certa, e para os que precisam aumentar sua renda, oferecer um cômodo de sua casa e ganhar com isso, mostra-se também um recurso eficaz. Sites desse tipo mobilizam a economia sem a exigência de um local físico para que as relações comerciais se estabeleçam. É a sociedade da informação utilizando todos os recursos das novas tecnologias.

Para finalizar, propomos contrapor esses dois tipos de economia. Parece ser que no atual panorama a Economia Solidária não enxerga a Economia Compartilhada como aliada, e mantém-se à parte dos favorecimentos que com tais inovações poderia receber. Sendo a Economia Solidária tão importante como fonte geradora de renda, e por todas as ideias que propaga, sendo igualmente fonte de cooperativismo, deveria ofuscar o potencial da Economia Compartilhada? Ou deveria esmaecer o conceito de autogestão e expandir os horizontes? Não se podem negar as transformações que ocorrem diariamente na sociedade. Inovar é parte do processo de transformação no qual desde sempre o ser humanos esteve inserido: a evolução.

Além disso, economia solidária precisa ser estabelecida estruturalmente e priorizada como política pública de Estado e não de governos, assim se tornaria invulnerável diante das mudanças de gestões. Não deve sofrer influência partidária, mas ser uma junção de todos os setores da sociedade, num processo de diálogo e construção, juntamente com os empreendimentos de economia solidária, através de planos regionais e locais, elaborando leis protetivas, que resguardem o setor; e regulatórias, que evitem as falsas cooperativas de economia solidárias, a fim de aplacar retrocessos que possam ser ocasionados por influência de governantes despreparados. Ou seja, a economia solidária deve estar imune à vulnerabilidade, e persistir em processo contínuo de estruturação e crescimento do setor com estabilidade, através dos articuladores e apoiadores, sejam do setor privado ou público, e, igualmente, da sociedade como um todo. A economia solidária merece incentivos de uma consistente e estruturada Política Nacional de Economia Solidária, com a participação dos integrantes – e mapeamentos frequentes do setor atuando nas suas necessidades –, que possibilitará reconhecer e legitimar práticas em desenvolvimento há muitos anos no país; práticas que vêm se afirmando também como estratégia para a superação de situações de pobreza a partir da organização coletiva e autogestionária; e, uma vez que ajuda a validar modelos de trabalho e renda, de forma mais justa e solidária, promovem desenvolvimento

¹⁸ Disponível em: <<http://www.melhoresdestinos.com.br/airbnb-aluguel-quartos-casas-apartamentos.html>>.

social e econômico e provam que são eficazes e emancipadoras. Considere-se ainda a abertura social que promovem, em termo de inserção. A Prefeitura do Rio de Janeiro promove o Festival de Economia Solidária, que envolveu, em 2017, mais de 100 expositores. Dez feiras realizadas nessa cidade movimentaram mais de 7,7 milhões de Reais¹⁹. Esses incentivos são fundamentais, já que agregam renda a essas famílias.

Trata-se, enfim, de uma nova economia que prioriza o bem-estar social e coloca as pessoas no centro da produção, comprovando que outras lógicas são possíveis, podendo fazer parte de uma evolução do capitalismo. O importante é a mobilização e conscientização da sociedade civil de sua importância – independentemente de ideologias partidárias –, para transformar a economia solidária em política pública, apartada de ideologias ou governos, gerando renda para todas as famílias do país. Esses incentivadores e articuladores são essenciais para a estabilidade e segurança desta economia de forma contínua, como política de Estado e não de governo, atuando na geração e renda e crescimento econômico de forma progressiva no Brasil. É assim que, em prol do desenvolvimento sustentável, a distribuição de riqueza e o desenvolvimento social se manifestarão, ainda com maior força, segundo a ideologia da Economia Solidária.

¹⁹ Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/rio-recebe-festival-de-economia-solidaria-partir-desta-quinta-feira-21907607.html>>.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Milton Barbosa de Almeida; REIS, Tatiana Araújo. Institucionalização e Instrumentos da Política de Economia Solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.1.1, p. 81-98, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/25680/18279>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

AMBEV. **Ambev e Coca-Cola Brasil lançam juntas novo programa de reciclagem**. Disponível em: <<https://www.ambev.com.br/imprensa/releases/ambev-e-coca-cola-brasil-lancam-juntas-novo-programa-de-reciclagem/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

ANDION, Carolina. **Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática**. Rio de Janeiro: RAP, 1998. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7680/6246>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Bontempo, 2009.

ARBNB. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.melhoresdestinos.com.br/airbnb-aluguel-quartos-casas-apartamentos.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

AURORA ALIMENTOS. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.auroraalimentos.com.br/sobre/aurora-apresentacao>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito?** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **A economia solidária nos prismas marxistas: revolução ou mitigação?** Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL). São Paulo: USP, 2007.

BOFF, Salete Oro; FORTES, Vinícius Borges; MENEGAZZO, André Frandaloso; TOCHETTO, Gabriel Zanatta. **Propriedade intelectual e gestão da inovação**. Erechim: Devian, 2017.

BRASIL. **PL 4685/2012**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1037445&filename=PL+4685/2012>. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **PL 4685/2012**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

CANDEIAS, Cesar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; NETO, José Francisco de Melo. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARITAS. **Projetos**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/programas-caritas/seguranca-alimentar-enutricional>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

CIRIBELLI, Maria Corrêa. Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

CORACCINI, Rafael. **Guia para montar seu próprio negócio especial**: descubra como investir e lucrar. 4. ed. [S.l.]: Online Editora, 2017.

COWORKING BRASIL. **O que é Coworking?** Disponível em: <<https://coworkingbrasil.org/como-funciona-coworking/>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

CRAB. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.crab.sebrae.com.br/o-crab>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DIAS, Marcos de Carvalho. **Economia no dia a dia**. [S.l.]: Clube de Autores, 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEIJÓ, Bruno Vieira. **O mapa do Coworking no Brasil**. Disponível em: <<http://revistapegn.glob.com/Startups/noticia/2017/06/o-mapa-do-coworking-no-brasil.html>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito**: Instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GLOBO. Extra. **Rio recebe festival de economia solidária a partir desta quinta-feira**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/rio-recebe-festival-de-economia-solidaria-partir-desta-quinta-feira-21907607.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Rosângela Carneiro; DE MATTOS, Antônio Marcos Passos. Formação de Educadores de EJA em Economia Solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.1.1, p. 99-111, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/viewFile/25681/18280>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

GORINI, Marcos; TORRES, Haroldo. **Captação de recursos para startups e empresas de impacto**: guia prático. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?&t=resultados>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

KAPPES, Sylvio Antônio; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul**: Resultados do segundo Mapeamento Nacional. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2013.

MANCE, A. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômicos filosóficos: complexidade e libertação. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.1.1, p. 61-80, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/25679>>. Acesso em 25 fev. 2018.

MEIR, Roberto; VOLPI, Alexandre. **O Brasil que encanta o cliente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MERCEDES, Ana. **Memória da economia solidária do Brasil**. Rio Grande do Sul: Fazer Solidário, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U0m4vQudPok>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

MNCP. Movimento Nacional dos Catadores de Papel. **Reciclagem e artesanato**: uma parceria possível. Disponível em: <<http://www.mnccr.org.br/artigos/reciclagem-e-artesanato-uma-parceria-possivel>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

NATURA. **Pense impacto positivo**: visão de sustentabilidade 2050. Disponível em: <http://www.natura.com.br/sites/default/files/static/sustentabilidade/natura_visao_sustentabilidade_2050.pdf?utm_so>. Acesso em: 4 dez. 2017.

NEVES, Márcia Moreira. **Marketing social no Brasil**: a nova abordagem na era da gestão empresarial globalizada. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de Oliveira. **Os princípios da economia solidária**. 2011. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/os-principios-da-economia-solidaria>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PORTAL DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO. **Conheça a quantidade de associados do SNCC** – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2017/06/conheca-a-quantidade-de-associados-do-sncc-sistema-nacional-de-credito-cooperativo/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos 4**, ano 17. n. 37, 2002. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SCHIOCHET, Valmor; DA SILVA, Regilane Fernandes. A formação de gestores na política pública de economia solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.1.1, p. 35-47, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/25677>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SCHUERMAN, Mathias. **Coworking space**: a potent business model for plug'n play and indie workers. Berlin: Rocket Publishing, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SEBRAE. **Como crescer com a ajuda do cooperativismo de crédito**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-crescer-com-a-ajuda-do-cooperativismo-de-credito,a33c38ccdf25a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

SEBRAE. **Semana nacional de crédito promove orientação gratuita aos empresários**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/noticias/semana-nacional-do-credito-promove-orientacao-gratuita-aosempresarios,7218e1fbc5bae510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **Os novos dados de mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: IPEA, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERRI, Lewton Burity. **Desenvolvendo o cooperativismo empreendedor**. Rio de Janeiro: Clube de autores, 2011.

YUNUS, Negócios Sociais Brasil. **Quem somos?** Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.